

A utilização das contabilidades micro e macroeconômicas em Geografia*

RÉGIS DERRIEUX-CECCONI
Professor da Universidade de Paris X-Nanterre

A introdução lenta, mas, de agora em diante, irreversível das expressões matemáticas e estatísticas na geografia e particularmente na geografia econômica, gera polêmicas tão elementares quanto fastidiosas entre os partidários da geografia "clássica" e os da geografia chamada "nova" (novidade muito relativa se levarmos em conta os trabalhos dos geógrafos anglo-saxões).

Os argumentos desta polêmica são, no fundo, muito inconsistentes. Se pusermos de lado a "hostilidade a toda expressão matemática" que menciona Bernard Marchand¹, percebe-se, de fato, que os defensores da geografia clássica censuram os partidários da nova geografia pelo fato de desenvolverem suas análises por meio de uma modelização tirada do real (mas o que é que a geografia clássica define como "real"?), enquanto estes acusam os primeiros de se dar por satisfeitos seguindo um caminho estritamente descritivo ou aproximadamente quantificado, pouco rigoroso, até mesmo pouco científico e, em todo caso, inoperante. Na verdade, este antagonismo é primário.

A abordagem quantitativa e modelizada (o que não significa estratificada ou simplificada) dos fenômenos geográficos torna-se cada vez mais necessária se a geografia econômica e humana não quer mais contentar-se com descrever, impondo a si própria um caráter explicativo.

O problema é que muitas vezes a ligação entre a formulação estatística suscetível de exprimir um fenômeno, de um lado, e este fenômeno,

* Transcrito de *Annals de Géographie* n.º 462, março/abril, 1975 — LXXIV anée, com autorização dos editores.

¹ Marchand, Bernard. "L'usage des statistiques en géographie", *L'Espace Géographique*, n.º 2, 1972, pp. 79-100.

conciso ou difuso, instantâneo ou duradouro, de outro, é materialmente difícil de estabelecer. Uma primeira observação se impõe: para tratar matematicamente os fenômenos é necessário que cada um deles seja percebido matematicamente; é por esta razão que as contabilidades podem ajudar consideravelmente a geografia econômica. Infelizmente, as técnicas contábeis não foram criadas pelo geógrafo nem feitas para ele, o que não o impede de utilizá-las e até mesmo de dar sua contribuição para fazê-las evoluir e se completar graças à sua própria necessidade. Mas a utilização dos dados contábeis micro e macroeconômicos na análise geográfica exige certa familiaridade com a técnica contábil, bem como uma adaptação e uma interpretação de seus dados, e muitas vezes uma atitude crítica, no sentido positivo do termo.

1. TIPOS E VALORES DE CONTABILIDADE

As contabilidades podem se apresentar em duas grandes divisões, desigualmente representadas segundo os valores: a contabilidade em termos de estoque e a contabilidade em termos de fluxo. A primeira registra num momento preciso (fim do exercício anual para as firmas) a situação patrimonial de um item econômico dado segundo os princípios da contabilidade em partidas dobradas; a contabilidade de fluxo registra, por sua vez, relações econômicas que se estabelecem entre as principais categorias de agentes econômicos e que permite o cálculo das diversas agregações. O primeiro tipo de contabilidade fornece, portanto, uma apresentação estática e instantânea de um patrimônio e o segundo uma apresentação dinâmica dos fluxos que explicam as variações de um patrimônio. Estas duas espécies de contabilidade são desigualmente representadas e desigualmente interessantes, segundo os níveis em que nos situemos.

Elas põem o problema essencial da delimitação do alcance da definição do item ou do espaço contábil com uma intensidade variável. Normalmente, diferenciam-se as contabilidades micro e macroeconômicas, a primeira correspondendo à contabilidade das firmas, a segunda à contabilidade territorial representada principalmente pela contabilidade nacional. A contabilidade da firma se exprime ao mesmo tempo em forma de estoques, pelo balanço; e em termos de fluxo, pelo cálculo da avaliação geral e dos lucros e perdas. Quanto às contabilidades territoriais, a realização de uma contabilidade em termos de estoque choca-se com uma série de obstáculos técnicos e metodológicos — de que falaremos mais adiante — que a limita muitas vezes a uma contabilidade em termos de fluxo.

Esta representação desigual dos dois tipos, de acordo com os valores, acentua as dificuldades encontradas pela análise quantitativa, dificuldades que não devem levar de maneira nenhuma a negligenciá-la. Mas o maior problema das contabilidades é que elas submetem todos os fenômenos a uma escala de medida única: o valor monetário. Esta técnica é interessante porque ela permite a comparação e a soma algébrica de grandezas fisicamente incomparáveis, mas é questionável, porque mesmo que se deixe de lado a variabilidade do instrumento de medida monetária (compensável pelos cálculos em moeda corrente e de atualização), nem todas as grandezas, ainda as econômicas, têm expressão monetária, mesmo tratando-se de lucros potenciais, de rendas de situação, de rendas de inovação, de economias externas ... Mas se nas contabilidades em termos de fluxo a unidade monetária não é obstáculo importante, é muito diferente o que acontece nas contabilidades patrimoniais,

o que explica a possibilidade da contabilidade patrimonial ao nível da firma, graças a algumas aproximações e sob a condição de que a reavaliação do balanço seja feita regularmente — o que é raro por causa dos problemas legislativos e fiscais ligados às amortizações — e por sua extrema dificuldade ao nível dos conjuntos territoriais nacionais ou mesmo regionais.

A esta primeira dificuldade se acrescenta uma segunda, considerável do ponto de vista geográfico. A abordagem estática e contábil de fenômenos requer boa delimitação do assunto ou do espaço contábil. Ainda nessa situação impõe-se a diferença entre as contabilidades micro e macroeconômicas.

Para a firma, sobretudo industrial, pois a contabilidade agrícola é embrionária, a estrutura contábil é rigorosamente definida, ou pelo menos mantém-se estável na maioria das vezes graças ao rigor do estatuto jurídico e devido à necessidade de apresentar resultados aos detentores do capital (acionistas) dentro do panorama determinado pelo próprio capital.

A restrição feita por nós justifica-se pelo aparecimento e desenvolvimento, paralelos aos movimentos de concentração técnica e financeira, da prática da consolidação contábil. Para o estudo da geografia do tipo monográfico esta prática exige muita prudência e diferenciações às vezes delicadas, de que falaremos mais adiante.

As contabilidades territoriais oferecem dificuldades de outra natureza, o que explica a evolução até agora praticamente independente dos dois níveis de contabilidade. Essas dificuldades se devem à mudança de escala. Já não se trata de estabelecer uma representação contábil de uma sociedade ou de um grupo, mas a de uma nação inteira. Além disso, a necessidade imperiosa de se referir a uma estrutura bem delimitada obriga a buscar um quadro jurídico: o da nacionalidade. Essa estrutura é, aliás, imperfeita, pois os contadores nacionais a confundem com o conceito de “residência”, muitas vezes discutível e origem de complicações, e que se refere, de resto, a uma noção geográfica elementar. Esta necessidade de definição territorial explica, em parte, a carência das contabilidades regionais, lacuna de que a análise geográfica original sofre consideravelmente. Quando se trata de agentes, operações e agregações, a enormidade e a diversidade dos fatos a registrar exigem considerável esforço de síntese e, conseqüentemente, de simplificação e aproximação em todos os níveis: um bom exemplo disso é dado pela técnica das *comptes-écrans*². Observadas estas distinções e definidos os limites das contabilidades, nem por isso seu uso deixa de se revestir do maior interesse para a análise em geografia econômica.

2. A CONTABILIDADE MICROECONÔMICA E A MONOGRAFIA GEOGRÁFICA

A) *A avaliação bruta do balanço*

É conveniente fazer uma primeira colocação relativa à contabilidade das empresas. Um dos argumentos freqüentemente utilizados para negar sua utilidade consiste em afirmar que estes cálculos são “fachadas”, que sua finalidade fiscal evidente lhes tira toda objetividade e que eles

² Técnica que permite reduzir o número de relações recíprocas entre N agentes de N² relações a 2N relações.

não apresentam senão uma versão oficial e idealizada da atividade da firma. É preciso estabelecer nuances: que determinadas contabilidades são “arranjadas”, é certo; mas que o sejam sistematicamente já é mais duvidoso. E até mesmo admitindo-se que seja este caso é indispensável considerar que nem tudo é possível do ponto de vista contábil, que a exatidão de um cálculo de avaliação geral ou de um balanço não é nem melhor nem pior que a exatidão de muitas estatísticas oficialíssimas³. Ainda mais que a leitura correta dos resumos do exercício de uma firma exige certa prática, principalmente com respeito às funções cuja interpretação é às vezes delicada (provisões e reservas do passivo, processo de amortização ao ativo, divisão de atribuição de benefícios).

Deve-se, entretanto, observar que a aplicação geral do plano contábil na França assegura uma homogeneidade inconstestável à apresentação contábil, facilita sua utilização e permite comparações menos trabalhosas entre as firmas.

O cálculo patrimonial representado pelo balanço, e mais especialmente pelo passivo, permite situar bem a firma em relação aos diferentes circuitos de financiamento locais, nacionais e até mesmo internacionais: importância do capital social em relação à soma do próprio capital e de reservas, estruturas das reservas, importância e finalidade das provisões. Por exemplo, as provisões por altas de preço e sua evolução frequentemente lembradas em muitos exercícios anteriores tornam possível uma definição da atividade da firma em face da conjuntura comercial.

A função “subvenções diversas” define muito precisamente o desempenho dos poderes públicos e sua atitude financeira em relação a uma determinada sociedade ou produção. A análise da função “débito a longo e a médio prazos” é da maior importância num estudo de geografia econômica, por ser principalmente esta função que determina a posição da firma em relação aos grandes circuitos de financiamento: empréstimos públicos ou de economia mista, empréstimos privados, dependência em relação aos financiamentos bancários. A análise minuciosa destes últimos, desde que possível, o que nem sempre acontece, no caso de o balanço não apresentar senão um resultado agregado impossível de detalhar, fornece materiais muito interessantes para uma geografia local ou setorial dos capitais. A distribuição dos benefícios permite, enfim, um estudo preciso do comportamento industrial da firma: importância da remuneração do capital alimentando mais ou menos os circuitos de distribuição, desempenho do autofinanciamento dos investimentos — neste domínio, aliás, os dados quantitativos globais fornecidos pela contabilidade devem ser completados pelos planos de investimento: natureza, tipo, localização, escalonamento das realizações. Esses dados permitem, apesar de tudo, comparações frutíferas entre empresas do mesmo ramo e, ainda melhor, entre as empresas de atividades diferentes, localizadas numa área geográfica definida.

Os dados disponíveis no ativo têm um conteúdo ainda mais concreto de que o estudo monográfico tira o maior proveito. As imobilizações interessam particularmente ao geógrafo. Com efeito, apresentam um estado contábil do valor do instrumento de produção: patrimônio predial e imobiliário, instrumento de produção e de transporte, *input* de “matéria cinzenta”, uma vez que os alvarás, licenças e direitos comerciais

3 Morgenstern, Oskar, *Précision et incertitudes des données économiques*, Paris, Dunod, 1971, e “L'économie est-elle une science exate?”, *La Recherche*, n.º 18, décembre, p. 1023-1028.

figuram na linha das imobilizações não materiais, e que esta linha não é, na maior parte das vezes — hélas — praticamente nada, ou absolutamente nada, desagregada

Esta importância relativa das amortizações em relação ao montante bruto introduz no ativo um aspecto dinâmico interessante, o da avaliação da antiguidade dos meios de produção e do nível de obsolescência do material. Enfim, o estudo de muitos balanços e a dedução dos processos de amortização linear ou regressiva permitem quantificar os conceitos geográficos muito vagos de unidades de produção “modernas”, “tradicionais”, “velhas”. Entretanto, o interesse desta função não é completamente percebido a não ser que se considerem as aproximações contábeis que ele contém: subavaliação do ativo que permite liberar reservas artificialmente, cálculo das amortizações segundo as normas legais que só de modo imperfeito refletem a obsolescência real... Lembremos a tendência das firmas em minorar o volume dos lucros distribuíveis para melhorar correlativamente o seu autofinanciamento. Uma firma que “esquece” seus acionistas no fim do ano pode ser, apesar disso, muito dinâmica.

A função dos outros valores imobilizados, para voltar aos problemas de capital, nos faz sair do próprio quadro da firma para nos engajarmos no domínio, freqüentemente mal conhecido, das estruturas dependentes: filiais, participação, firmas mais ou menos integradas ou controladas. Deve-se reconhecer que nesta matéria o balanço não indica apenas ordens de grandeza, mas a aplicação cada vez mais rigorosa do plano contábil e das recomendações que o acompanham faz com que as grandes sociedades e os grupos adotem a contabilidade clássica (balanço, cálculo de avaliação geral, cálculo de lucros e perdas) dos quadros das filiais e participações que esclarecem consideravelmente os dados brutos do ativo. A observação dos valores de avaliação, isto é, dos estoques em fechamento de exercício (que podem ser considerados muitas vezes como significativos dos estoques médios necessários para o funcionamento das unidades de produção), é interessante em si, sobretudo se pudermos compará-la com dados concernentes aos ciclos de produção — taxa de rotações, volante de matérias-primas etc — mas seu sentido é particularmente evidente nas comparações intersetoriais.

Entretanto, se esses dados brutos são de interesse básico para a monografia geográfica, sobretudo desde que seja possível obtê-los através de documentos contábeis sucessivos, eles podem dar excelentes resultados sob formas mais elaboradas que permitam comparações válidas entre firmas, pois autorizam, sob a forma mais abstrata, os coeficientes de comparação independentes da diversidade da natureza das unidades de produção e das próprias produções.

B) *A avaliação elaborada do balanço: os coeficientes*

Estes coeficientes que constituem o único instrumento de comparação quantificada entre firmas se apresentam geralmente em três grandes categorias:

1.º) Os coeficientes de estrutura que permitem medir: — seja a solidez financeira da firma pela informação dos coeficientes de cobertura das imobilizações:

$$\frac{\text{capitais próprios}}{\text{imobilização}}$$

ou:

$$\frac{\text{capitais permanentes (próprios + dívidas a longo prazo)}}{\text{imobilizações}}$$

seja o coeficiente de solvência:

$$\frac{\text{capitais próprios}}{\text{dívidas}}$$

seja os fundos de caixa:

$$\frac{\text{estoques + realizáveis e disponíveis}}{\text{dívidas a curto prazo}}$$

seja o coeficiente de tesouraria:

$$\frac{\text{realizáveis + disponíveis}}{\text{dívida a curto prazo}}$$

Estes dois cálculos dão, no momento da comparação entre firmas de um mesmo setor ou firmas diferentes localizadas numa área geográfica comum, resultados muitas vezes bastante diversos da apreciação que a observação da massa externa dos instrumentos de produção e das produções autoriza.

Os coeficientes de estrutura permitem também medir objetivamente o grau de dependência financeira de uma empresa. Estas informações são de interesse geográfico considerável porque fazem ressaltar as in-creditáveis distorções que existem entre a localização geográfica efetiva das empresas e a localização geográfica real dos centros decisórios. Esta dependência financeira pode se medir em relação aos credores:

$$\frac{\text{ativo bruto}}{\text{dívidas totais}}$$

e também em relação aos que emprestam, eventualmente, para uma empresa em busca de novos financiamentos:

$$\frac{\text{capitais próprios}}{\text{dívidas totais}}$$

2.º) Os coeficientes de rotação: seu conteúdo muito mais técnico é pouco útil à geografia econômica, com exceção, no entanto, da taxa de rotatividade dos capitais próprios, cuja elaboração recorre simultaneamente ao cálculo de avaliação e ao balanço:

$$\frac{\text{vendas (sem taxas)}}{\text{capitais próprios}}$$

Quanto mais elevado é o coeficiente mais rapidamente giram os capitais.

3.º) Os coeficientes de resultados e de rendimento financeiro. Há muitos tipos.

Três principalmente deterão nossa atenção:

— a taxa de rentabilidade do capital:

$$\frac{\text{Benefício líquido}}{\text{capitais próprios}}$$

— a taxa de produtividade do capital, fundamental a todos os níveis e análise geográfica para a comparação entre firmas, entre ramos, entre áreas geográficas diferentes:

$$\frac{\text{benefício líquido} + \text{interesse dos empréstimos}}{\text{capitais próprios} + \text{dívidas}}$$

— a taxa de rendimento das ações, útil ao estudo geográfico dos fluxos financeiros:

$$\frac{\text{benefício distribuído}}{\text{capitais próprios}}$$

Convém acrescentar a estes coeficientes o cálculo do *cash-flow* (benefício líquido + doações para as provisões e amortizações de um mesmo exercício) o qual mede este elemento essencial que é a capacidade de autofinanciamento⁴. O balanço, através de seus dados brutos ou dos coeficientes não é o único elemento contábil utilizável: diferentes, mas não desprezíveis, são as informações fornecidas pelo cálculo de avaliação geral ou mesmo pela contabilidade analítica.

C. O CÁLCULO DE AVALIAÇÃO GERAL E A CONTABILIDADE ANALÍTICA

O cálculo de avaliação geral fornece ao estudo geográfico dados diretamente utilizáveis: custo dos fornecimentos, massa salarial distribuída — cuja relação com os efetivos empregados permite extrair um salário médio, bruto ou ponderado, por categoria socioprofissional, o que caracteriza bastante bem os diferentes tipos de firmas e permite comparações — carga financeira ou fiscal representada pela contração de dívidas (gastos financeiros), despesas de transporte. As funções do crédito permitem apreciar a atividade comercial, as rendas das participações... Entretanto, é necessário precisar que num estudo minucioso a maior parte dos dados do cálculo de avaliação geral deve ser desagregada e fixada com o auxílio dos livros contábeis ou estatísticas internas das firmas, documentos cuja facilidade de acesso é muito variável. Contudo, para um período curto e para estudos geográficos localizados (estudos de uma zona industrial, de uma pequena aglomeração fabril, da matriz de uma firma e sua rede de produtos derivados), os cálculos de avaliação geral proporcionam dados preciosos.

Quando se trata de contabilidade analítica, a questão torna-se muito mais delicada. Trata-se, com efeito, de uma técnica contábil bastante complexa cuja utilização, ainda limitada na França, é quase exclusivamente reservada às grandes empresas, levados em conta os meios logísticos que exige. A contabilidade analítica visa, antes de tudo, a melhorar a gestão interna da firma. Seus objetivos são diversos: estimativa dos preços líquidos dos bens produzidos e vendidos, estimativa de certos elementos do ativo, “controle das rentabilidades tendo por objetivo determinar o resultado por ramos de exploração ou por produções”⁵. É este último aspecto que pode ser utilizado no quadro de estudos de geografia de mercados, como também no de estudos de geografia industrial clássica. Efetivamente, nas regiões de produção industrial pouco

⁴ Sobre as diferentes definições de *cash-flow*, cf. Depallens, G., *Gestion financière de l'entreprise* Paris, Sirey, 5.^a edição, 1974, pp. 371-379.

⁵ Rapin, A. e Poly, J. *Comptabilité analytique d'exploitation*, Paris, Dunod, 7.^a edição, 1968, 439 p.

diversificada, a sobrevivência, o declínio ou a expansão de uma parte não negligenciável da atividade pode depender da rentabilidade deste ou daquele tipo de fabricação, principalmente se esta é realizada no quadro de fábricas integradas a uma estrutura de produtos derivados ou das fábricas que não constituem senão uma parte de um conjunto industrial mais vasto. Encontram-se exemplos interessantes na indústria mecânica de Lyon ou na de Saint-Etienne de conseqüências locais relativas a medidas de concentração, acompanhadas, freqüentemente, de uma simplificação das escalas de produtos. Convém, entretanto, reconhecer que a utilização da contabilidade analítica, desde que exista, é delicada, porque exige bom conhecimento das suas técnicas de elaboração e, além disso, as empresas empenham-se, na maior parte das vezes, em conservar certa discricão sobre as conclusões e os dados que determinam em grande escala sua estratégia industrial e sobretudo comercial.

Seja qual for a exatidão dos documentos de que se dispõe, e a utilização que deles se faça, é necessário insistir sobre o fato de que o interesse da contabilidade microeconômica não surge verdadeiramente a não ser no caso de se dispor de séries contínuas ou subcontínuas de dados contábeis que permitam interpretar uma evolução da firma e seu impacto sobre o conjunto geográfico.

A sucessão das fases de expansão e de estagnação se traduz, então, ao nível de emprego de volumes salariais introduzidos nos circuitos financeiros e monetários locais. Os investimentos que atraem a poupança para as áreas geográficas variáveis implicam, às vezes, fusões que acompanham as reestruturações e as transferências dos pontos de criação dos valores acrescidos das transformações industriais. A análise do grau de dependência financeira pode explicar o controle por parte dos bancos, e os fortalecimentos que o acompanham na maioria das vezes. O enfraquecimento dos coeficientes financeiros pode mesmo levar a uma verdadeira prospectiva geográfica: fechamento previsível, crise de emprego, efeitos induzidos. Como não aludir às possibilidades de uma realística organização geográfica, apoiada em uma análise econômica concisa das firmas, tal como a contabilidade microeconômica o permite?

É preciso, no entanto, avaliar muito estritamente as potencialidades de utilização das contabilidades microeconômicas. Desde que a análise geográfica ultrapasse o quadro monográfico setorial ou local, essas fontes se tornam limitadas, pois, em resumo, não permitem observar nada além de uma única categoria, mesmo considerável, de agentes econômicos: as empresas, não financeiras ou financeiras. A geografia econômica, a partir do nível de estudo regional, procura apoiar-se sobre dados contábeis muito mais amplos: os da contabilidade territorial.

3. A CONTABILIDADE TERRITORIAL E A ANÁLISE GEOGRÁFICA

Ao passar da contabilidade microeconômica à contabilidade territorial muda-se não só de escala como de estrutura. Esta diferença está inteiramente contida na primeira frase de um estudo do INSEE sobre a contabilidade nacional francesa: "A contabilidade nacional francesa visa a representar a economia de um país em sua forma simplificada" ⁶. Também surge essa diferença no conceito de "território", que define o quadro desta contabilidade. É esta base, rigorosamente espacial, além

6 INSEE, Direction de la prévision, Direction de la comptabilité publique, Direction générale des études et du crédit de la Banque de France: "Méthodes de la comptabilité nationale", *Études et Conjoncture*, n.º 3, mars 1966, 290 p.

do conceito de nacionalidade — embora modificado, como vimos, pelo de residência — que explica que a geografia e a economia espacial se tenham referido à contabilidade macroeconômica. O que pode então aproveitar a Geografia destes dados contábeis?

A. AS POTENCIALIDADES GEOGRÁFICAS ATUAIS DA CONTABILIDADE NACIONAL

Não é nosso propósito proceder a uma apresentação dos quadros e das técnicas da contabilidade nacional: existe grande quantidade de excelentes trabalhos sobre o assunto, oferecendo toda uma gama de estudos mais ou menos precisos, e de abordagem mais ou menos fácil (cf. bibliografia). Gostaríamos de chamar a atenção para a maneira como este instrumento pode ser utilizado pelo geógrafo.

A estrutura contábil, baseada num processo de agregação e síntese, implica primeiramente que o próprio estudo geográfico seja global. Quer se trate do quadro econômico de conjunto quer das contas detalhadas que permitam sua elaboração, temos que lidar com fatos não localizados. Esta objeção cai por si mesma a partir do momento em que passamos do estudo geográfico nacional ou internacional para o da projeção geográfica de circuitos econômicos internacionais — essencial tanto para a geografia dos capitais quanto para a dos mercados.

Neste caso a análise das contas do exterior que se terá interesse em completar com as da balança de pagamentos e das balanças desagregadas por país, fornece dados quantificados sobre a intensidade e a orientação das entradas e saídas, sobre os bens e os serviços por categorias de agentes, a estrutura e a natureza das transferências monetárias (detalhes das operações de distribuição e das operações financeiras). A partir de informações semelhantes, é possível não só chegar a uma representação geográfica dos circuitos econômicos como também à sua representação cartográfica precisa. Pode-se, igualmente, calcular os índices de dependência, por exemplo, nos domínios essenciais das matérias-primas, dos investimentos, em relação a qualquer espaço econômico externo. Estes índices de dependência explicam, por sua vez, as evoluções econômicas internas no setor industrial: transformações das estruturas de produção, transformação das localizações, coerência das políticas de organização internas e das decisões vindas de investidores externos.

No que se refere ao estudo geográfico dentro do quadro nacional, as contas detalhadas, de que o quadro econômico de conjunto é uma representação sinótica, não são menos interessantes.

Citaremos apenas alguns exemplos de sua utilização multiforme:

— detalhe dos circuitos financeiros na conta de atribuições das instituições financeiras;

— origem e emprego das rendas das economias domésticas no cálculo de previsão de despesas;

— estrutura precisa do funcionamento das administrações, também no seu cálculo da previsão de despesas;

— comparação entre os cálculos de previsão de despesas, de exploração e de capital das empresas públicas, das empresas artesanais, das sociedades industriais, das explorações agrícolas.

O conjunto destes dados em escala nacional permite extrair médias que podem servir de padrão de comparação com uma ou outra grandeza observada por uma ou outra categoria de agente em escala local ou regional. Sob condição de o estudo geográfico se inserir num quadro territorial global, a contabilidade nacional, pelo quadro econômico de conjunto, mas também e principalmente pelo detalhamento das contas, fornece uma massa de dados quantitativos muito utilizáveis. Nesta perspectiva devemos abrir uma exceção para o caso do quadro de permutas interindustriais.

B. O IMPORTANTE PAPEL DO QUADRO DE PERMUTAS INTERINDUSTRIAIS

O quadro de permutas interindustriais apresenta duplo interesse: primeiro por si mesmo, tal como o apresenta a contabilidade nacional, mas também na técnica de sua elaboração — a das matrizes de Léontiev ou de *input-output*, suscetível de uso extremamente elástico. Todo estudo geral de geografia econômica industrial tem necessidade de recorrer ao quadro de permutas interindustriais, porque sua estrutura permite dispor de um quadro completo das consumações intermediárias das filiais, do total destas consumações, do valor acrescentado, dos recursos por produto, dos empregos finais dos produtos. Além da importância bruta da matéria estatística, são estas relações *input-output* entre setores, ou coeficientes técnicos, que concernem particularmente à análise geográfica. Estes coeficientes técnicos são indispensáveis ao estudo dos fluxos de aprovisionamento, tanto em matérias-primas quanto em bens intermediários; são eles que permitem identificar os pontos de estrangulamento limitando o desenvolvimento de uma ou outra indústria e, num trabalho prospectivo, que dão a possibilidade de prevê-los. Como diz R. Jouandet-Bernadat: “O quadro dos coeficientes da economia no seu conjunto fornece uma imagem quantitativa da estrutura interna do sistema com todos os detalhes necessários. Permite calcular as conseqüências da introdução neste sistema de uma mudança dada, mudança de produção de um setor, evolução do preço de um produto.”⁷ Fórmula do cálculo desse coeficiente técnico é, de resto, muito simples: se chamamos N um setor determinado que recebe uma quantidade q de *input* proveniente de um setor M , por um lado, e XM a produção total do setor M , o coeficiente técnico c/MN se obtém através da fórmula:

$$c/MN = \frac{q \ MN}{XM}$$

Constata-se, então, a importância do que podem obter do quadro de permutas interindustriais o estudo de um investimento industrial novo neste ou naquele setor, o abandono de tal ou qual produção agrícola, e também o deslocamento de certas relações *inputs-outputs* pelo meio indireto da inovação.

A utilização do quadro de permutas interindustriais apresenta, entretanto, alguns graves obstáculos técnicos. Em uma atividade, a produção se divide, freqüentemente, entre uma produção dominante e uma ou várias produções ligadas: por exemplo, quando se distila carvão para obter o coque, ao mesmo tempo obtém-se o gás. Para evitar inverossímeis complicações na imputação dos *inputs*, tornando o quadro correlativamente pesado, preferiu-se definir um produto dominante, o único a ser

⁷ Jouandet-Bernadat, R., *Comptabilité économique et espaces régionaux*. Gauthier-Villar, 1964, 233 p.

registrado, como se os outros produtos ligados por indução técnica (ou produtos “fatais”) não existissem. Como não é possível se satisfazer com tais aproximações, utiliza-se uma solução transitiva: procede-se como se o gás do ramo coqueificação fosse vendido ficticiamente ao ramo gás; o produto “fatal” transita por outro ramo. Disso resulta, pois, certa imprecisão dos coeficientes técnicos: tal produção não é realmente proporcional à atividade a que está imputada, mas àquela que lhe deu origem. Existe ainda outra dificuldade: a anulação das intraconsumações. Aqui o método contábil é um pouco vítima dele mesmo: é impossível definir o volume e o valor destas intraconsumações. Assim se explica a diagonal vazia do quadro de permutas interindustriais. Entretanto, o erro é atenuado pelo fato de que grande parte das intraconsumações é anulada dentro do ciclo de produção e que, em todo caso, a estrutura do quadro é tal que esta anulação não repercute sobre o valor adicionado de cada ramo. Mais importante seria o fato de que esta anulação chega a negligenciar igualmente as “intraconsumações” importadas. Também é necessário deduzir da produção do ramo os produtos importados fabricados pelo ramo: a apresentação do quadro de permutas interindustriais leva em conta esta necessidade e as importações já são deduzidas. É necessário dar-se conta de que a constituição do quadro exige uma massa de dados muito difícil de coletar anualmente. Os contadores nacionais admitem então certa estabilidade a médio prazo dos coeficientes técnicos, o que é conveniente corrigir periodicamente em função dos efeitos de inovação — os quais, a partir de informações não exaustivas, lhes permitem reconstituir o quadro. A utilização desse instrumento contábil é, então, tomadas estas precauções, extremamente rica, talvez até demais para que a análise geográfica possa limitar-se a ela.

C. A UTILIZAÇÃO AMPLIADA DAS MATRIZES DE LEONTIEV E O PROBLEMA FUNDAMENTAL DAS CONTABILIDADES INTER-REGIONAIS

As múltiplas possibilidades oferecidas pela contabilidade nacional não devem fazer esquecer que ela é apenas um nível — e não o que mais interessa geograficamente das contabilidades territoriais. É evidente que se a análise geográfica pudesse dispor, a nível regional, de um instrumento análogo à contabilidade nacional, progressos consideráveis do método quantitativo seriam possíveis em geografia econômica, urbana, rural ou regional no pleno sentido do termo. Ora, em que estágio nos encontramos? É forçoso constatar que, infelizmente, ainda estamos muito longe. Com efeito, nesta matéria é necessário ser extremamente preciso no que concerne à terminologia e ao conteúdo. Que podemos esperar de uma aplicação, em escala regional, dos instrumentos da contabilidade territorial? Duas soluções são realmente possíveis: a mais simples consiste em adotar um corte intranacional preciso e em subdividir, segundo este corte, uma parte das contas nacionais: é esta a solução adotada na França desde 1967, no quadro habitual das 22 regiões. Outra coisa é estabelecer uma verdadeira contabilidade inter-regional, a única que seria para o geógrafo um instrumento de trabalho excepcional.

É evidente que, em matéria de contabilidade inter-regional, as matrizes de Leontiev constituem um instrumento privilegiado cuja apresentação, para cada região, para cada tipo de atividade, permitiria captar quantitativamente todos os fluxos, com as atividades correspondentes das outras regiões. O objetivo procurado seria estabelecer, segundo o modelo dos coeficientes técnicos, coeficientes de dependência entre regiões, por um lado, e entre uma região e o conjunto nacional, por outro.

Na apreciação dos fluxos, bens e serviços, bem como nos fluxos financeiros e os movimentos da população (para citar apenas alguns casos essenciais), tal abordagem contábil permitiria medir muito exatamente os efeitos de polarização e as distorções inter-regionais, e dar à análise geográfica regional uma base quantificada indispensável. Destes coeficientes, o estudo geográfico pode deduzir, em um ponto qualquer do território, todo um feixe de interações e a exata medida das decisões tomadas em outro ponto: investimentos, problemas de emprego, efeitos da urbanização, papel geográfico e econômico da colocação de novos eixos ou sistemas de comunicação, impacto da desconcentração de uma ou outra atividade... A utilização fina de semelhante contabilidade permitiria avaliar efeitos de conseqüências — amplamente geográficas — consideráveis: multiplicador keynesiano de investimentos, efeitos de preço, bloqueio interno ou externo dos diferentes circuitos econômicos (particularmente do circuito poupança-investimento), otimização das localizações, papel das induções técnicas e comerciais, apreciação dos efeitos de economia externa, comparações possíveis dos direitos, coeficientes marginais de capital por parte de investimento, setor e localização...

A concepção de uma contabilidade inter-regional semelhante pode se apoiar em alguns modelos do maior interesse, principalmente os trabalhos pioneiros de Walter Isard nos Estados Unidos (com uma estrutura regional constituída de fato pelo corte dos estados da União) e ampliados pelos trabalhos de L. N. Moses, e também pelos notáveis estudos de Philippe Bauchet sobre a Lorena e por trabalhos mais particulares enfocando algumas produções: energia, produtos agrícolas, siderurgia. Infelizmente, o conjunto destas pesquisas resta fragmentário e experimental e podemos nos perguntar quais as razões disso. Materialmente, a realização das contabilidades inter-regionais no quadro sabido das 22 regiões, por exemplo, exige uma logística considerável de que a introdução de observatórios econômicos regionais pode constituir uma primeira etapa. O segundo problema essencial à utilização geográfica de uma contabilidade inter-regional é o da própria definição de região: cada disciplina de pesquisa, ou cada organização que detenha qualquer poder de decisão, tem sobre isto uma concepção particular. Ora, podemos pensar sem paradoxo que, apesar da execução de uma contabilidade semelhante se chocar com o obstáculo da definição de quadros territoriais coerentes, é, contudo, a esta mesma contabilidade que deveríamos recorrer para aperfeiçoar e racionalizar esta definição sobre a qual geógrafos, economistas, administradores e até mesmo políticos continuam discutindo em vão.

Se a organização de uma contabilidade inter-regional vai contra a própria definição do quadro regional é porque, na verdade, o espaço regional em que o geógrafo busca ainda, muito freqüentemente e por todos os meios, certa homogeneidade — mas que homogeneidade esperar quando enfocamos a incrível multiplicidade e o grau de aproximação dos critérios usados? — está profundamente integrado ao espaço nacional.

As tentativas de elaboração de contabilidade regionais, e em particular a de J. Ousset sobre o departamento de Hérault, a relativa pobreza da tipologia das atividades econômicas pareceria fazer que ela parecesse um caso bastante simples — encontram a cada momento o obstáculo que esta integração representa. A cada nível e para cada categoria de agentes, e especialmente de administrações (empresas não financeiras e empresas financeiras), é muito difícil separar o que é propriamente local e, portanto, inteiramente contido no quadro territorial determinado, do que é apenas um elemento de um vasto conjunto cujo centro decisó-

rio é extraterritorial. A concentração crescente em todos os setores e o fato de esta concentração operar cada vez mais ao nível de gestão e sobre o único pólo parisiense reforçam esta situação. Por em evidência tal situação seria justamente um dos principais interesses de uma contabilidade regional: ela é infelizmente o seu obstáculo principal, um entrave à coleta dos dados estatísticos. Se considerarmos, por exemplo, as operações das administrações ou as despesas e receitas do estado, perceberemos que uma parte considerável não pode ser objeto de uma imputação territorial precisa, mais de um terço para o segundo caso.

Ao que se refere às empresas, a situação não é mais simples. No plano contábil a concentração da gestão leva a uma agregação cada vez mais avançada das informações estatísticas, agregação que acentua, como já vimos, a prática da consolidação. De acordo com que critério devemos imputar os resultados globais dos estabelecimentos nos grupos que dispõem de muitas unidades de produção? Em alguns casos estes dispõem de uma contabilidade autônoma, mais isto não é sistemático e mesmo assim resta ainda um feixe de despesas ou receitas, de *inputs* ou *outputs*, difíceis de contabilizar.

É preciso, entretanto, insistir no fato de que a contabilidade nacional também admite aproximações e comporta lacunas: mas ela não deixa de ser, por causa disso, um instrumento muito útil para o geógrafo e para muitos outros...

Esta ausência de uma contabilidade regional parece contribuir para uma profunda ruptura entre as contabilidades micro e macroeconômicas. É verdade que, até há pouco tempo, estes dois tipos de arquitetura contábil se desenvolveram independentemente um do outro, com objetivos muito diferentes, e vimos que as próprias utilizações geográficas possíveis destes dois níveis de contabilidade eram muito divergentes. Continuará a mesma situação no momento atual?

D. ALÉM DA CONTABILIDADE REGIONAL, ESBOÇO DE UMA APROXIMAÇÃO ENTRE CONTABILIDADES MICRO E MACROECONÔMICAS

Mais uma vez, o quadro de permutas interindustriais está no centro da questão. Apresenta-se, como vimos, como um quadro muito agregado e sintético das interdependências setoriais. Os ramos cuja definição coloca problemas importantes se agregavam e continuam a se agregar em muitos casos de firmas completamente diferentes, tanto no plano técnico quanto pela importância de sua produção. O movimento de concentração que se opera na França na quase totalidade das atividades, de há 10 anos para cá, tem feito evoluir consideravelmente a situação. Se a generalização da estrutura de oligopólio complica a análise regional, simplifica a coleta de dados no campo da contabilidade nacional e desde que os cálculos de um ramo tendem a se resolver na combinação de dois ou três grupos assegurando a quase totalidade, até mesmo a totalidade, da produção deste ramo. Esta evolução que é válida tanto para os setores de ponta (aeronáutica, química, eletrônica) quanto para as atividades mais clássicas (siderurgia, construção eletromecânica) foi particularmente perceptível na utilização que se fez da contabilidade nacional para a realização da programação orçamentária do plano (desde a execução do V Plano) e quando do funcionamento das comissões por ramo, cuja definição coincide freqüentemente com a da contabilidade nacional. Não terá sido esta evolução que levou certos polemistas a pretender que as diretrizes dos planos franceses não passavam

de um vasto estudo de mercado em benefício das grandes empresas, que sabe uma simples síntese das decisões de alguns grupos que tendem, cada vez mais, a constituir os principais ramos industriais?

Efetivamente, ao evocar esta continuidade que progressivamente surgiu entre as contabilidades micro e macroeconômicas, e suas consequências visíveis nos problemas da planificação, nos situamos num ponto crucial desta utilização das técnicas contábeis pela geografia e com isto gostaríamos de concluir.

Efetivamente é um ponto crucial, porque pelo menos cinco linhas de força convergem para ele: análise econômica; análise geográfica; medida estática e dinâmica do valor das ações humanas num ponto do espaço; método prospectivo oferecido por uma planificação regionalizada; equipamento coerente do território.

No fundo, são as relações entre o homem e seu meio, verdadeiro objetivo da geografia que estão em pauta. Quem não quer, hoje em dia, ter suas idéias — necessariamente boas — sobre a organização do território? Em que situação se encontra então o modesto geógrafo, cujo papel, é, hélas, bem pequeno neste grande concerto? Estamos às voltas com os instrumentos contábeis que captam a atividade microeconômica, de um lado, com uma contabilidade territorial bem agregada, de outro? Sobre esta contabilidade nacional que, na maior parte dos casos, como acabamos de ver, é apenas a síntese das contas de alguns grupos, se fundamenta uma planificação orçamentária, planificação relativamente elaborada. Desde os anos de 1963/1965, as preocupações crescentes de harmonizar o desenvolvimento regional levaram a preconizar uma regionalização do plano (grandes objetivos a longo prazo, cortes operacionais, etc.). Ora apercebemo-nos de que tentamos regionalizar um plano elaborado sobre uma base regional sem nos referirmos a um quadro contábil regional que deveria, ao mesmo tempo, servir-lhe de fundamento instrumental e de meio de verificação e ajuste.

Mas é exatamente aí — como já o havia compreendido muito bem a análise geográfica clássica, sem poder infelizmente recorrer a qualquer instrumento estatístico ou matemático — que se situa o cerne do problema, mesmo, e talvez sobretudo, se a homogeneidade regional (suposta, fabricada ou real) acabar saindo mutilada ou até destruída.

Surge, nesta situação, uma estranha incoerência, irremediável (de-sejada? voluntária?) de que a análise geográfica na França sofre profundamente. Se as contabilidades micro e macroeconômicas podem prestar grandíssimos serviços à geografia, especialmente à geografia econômica e à economia especial, cujas preocupações são, freqüentemente, tão próximas, o que não seria se isto acontecesse com uma contabilidade inter-regional!

RÉSUMÉ

L'introduction largement avancée des techniques quantitatives dans l'analyse géographique fait apparaître, dans la perspective de la géographie économique notamment, l'intérêt des comptabilités tant sous leur aspect informatif qu'opérateur. Le géographe dispose actuellement de deux systèmes largement indépendants: la comptabilité "commerciale" dont le contenu microgéographique et microéconomique est précieux et la comptabilité territoriale utile au niveau national. La solution de continuité entre les deux systèmes, due à des difficultés techniques et théoriques, est un obstacle majeur pour l'approche géographique surtout régionale. Les tentatives pour permettre le développement d'une continuité des instruments comptables restent fragmentaires et expérimentales malgré l'importance de l'objectif pour toutes les sciences traitant des rapports de l'homme avec l'espace et pour le géographe en particulier.

SUMMARY

The now large use of quantitative technics in geographic analysis shows, peculiarly in the economic field, the importance of accounts as figures and as means of study. Today the geographer makes use of two very independent systems: business book-keeping interesting at the microeconomic and microgeographic levels, and territorial book-keeping, useful at the country level. The solution of continuity between the two systems, because of technic and theoretic difficulties, is a major obstacle to the geographical survey, mainly the regional one. The attempts made to develop some continuity between the accounting means remain incomplete and experimental in spite of the importance of the aim of this research for all the sciences which deal with the rapports between man and space and especially geography.

BIBLIOGRAFIA

1. Contabilidade das empresas

— Contabilidade geral:

ALBERT-KRIER Jane *Comptabilité privée*, Paris, P.U.F., coll. "Thémis", 1969, 236 p.

BROCHIER H. et TABATONI P., *Economie financière*, Paris, P.U.F., coll. "Thémis", 1970.

BRUNET André, *Techniques financières et comptables des entreprises*, Paris, Conservatoire National des Arts et Métiers, 1965, 494 p. supplément 1968, 46 p.

DEPALLENS Georges, *Gestion financière de l'entreprise*, Paris, Sirey, coll. "Administration des entreprises", 1974, 619 p.

DISCHAMPS Jean-Claude, *Comptabilité de l'entreprise*, Paris, Cujas, coll. "Les techniques auxiliaires de la recherche économique", 1964, 352 p.

— Contabilidade analítica:

LAUZEL Pierre, *Comptabilité analytique et contrôle de gestion*, Paris, Sirey, coll. "Administration des entreprises", 1969, 540 p.

RAPIN A. e POLY J., *Comptabilité analytique d'exploitation*, Paris, Dunod, 1968, 439 p.

2. Contabilidade nacional

BOUTAN J., "Comptabilité d'entreprise et comptabilité nationale", *Etudes et Conjoncture*, n.º 8, août 1967.

BRUNHES Bernard, *Présentation de la comptabilité nationale française*, Paris, I.N.S.E.E., collection de l'I.N.S.E.E., série C: comptes et planification, n.º 1, 1969, 86 p.

INSEE, Direction de la Prévision, Direction de la Comptabilité publique, Direction générale des études et du crédit de la Banque de France, "Méthodes de la comptabilité nationale", *Etudes et Conjoncture*, n.º 3, mars 1966, 290 p.

MALINVAUD, Edmond, *Initiation à la comptabilité nationale*, Paris, P.U.F., 1964.

MARCHAL, Jean, *Comptabilité nationale française*, Paris, Cujas, 1967, 399 p.

MARCZEWSKI Jean, *Comptabilité nationale*, Paris, Dalloz, 1965.

BALLAN J.-J., *Les Comptes économiques du département du Lot-et-Garonne*, Paris, Gauthier-Villars, 1967, 278 p.

BAUCHET, Philippe, "La comptabilité régionale et son usage", *Economie appliquée*, n.º 1, 1961.

BELLARD, J. L., *Les Comptes économiques du département des Landes*, Paris, Gauthier-Villars, 1966, 280 p.

BOUDEVILLE Jacques-R., *Les Programmes économiques*, Paris, P.U.F., coll. "Que sais-je?", n.º 1073, 1969, 128 p.

- et al., *L'Espace et les pôles de croissance*, Paris, P.U.F., Bibliothèque d'économie contemporaine, 1968, 232 p.: et en particulier: 1^{re} partie, chapitre 2: J.-R. Boudeville, Les notions d'espace et d'intégration; 2.^o partie, chapitre 1: F. Perroux, La construction analytique de la région; chapitre 2: J. Paelinck, Systématisation de la théorie du développement régional polarisé; chapitre 3: J. Lesourne, Les problèmes de localisation et d'aménagement du territoire; chapitre 4: L. H. Klaasen, Etudes comparatives: leur nécessité comme base de la politique d'aménagement régional.
- , GRENIER, M., ROSENFELD, F., CUMBERLAND, J. H. *Modèles opérationnels régionaux*, Paris, Cahiers de l'I.S.E.A., série L, 1961, 134 p.
- et al., *Structure et croissance régionale*, Paris, Cahiers de l'I.S.E.A., série L, 1962, 212 p.
- CLAVAL, Paul, *Régions, nations et grands espaces*, Paris, Génin, 1968, 837 p.
- CORONT-DUCLUZEAU, François, *La formation de l'espace économique national*, Paris, Armand Colin, 1964, 252 p.
- ISARD, Walter, *Méthodes d'analyse régionale*: tome I: *Equilibre économique*; tome 2: *Optimisation*, Paris, Dunod, coll. "Sciences économiques et commerciales", 1972, 442 p.
- "Interregional and regional input-output analysis", *Review of Economics and Statistics*, vol. 33, novembre 1951.
- e CUMBERLAND J. H., *Planification économique régionale*, Paris, O.C.D.E., 1961, 359 p.: en particulier, chapitre 1: W. Isard et Th. Reiner Les techniques analytiques de planification régionale et nationale; chapitre 13: R. Stone, La comptabilité sociale à l'échelon régional, vue d'ensemble; chapitre 14: V. Cao-Pinna, Problèmes posés par l'établissement et l'utilisation d'une comptabilité régionale d'entrée et sortie; chapitre 16: J.-R. Boudeville, Les techniques récentes de la science économique régionale; chapitre 17: W. Isard et J. H. Cumberland, Synthèse des méthodes opérationnelles de l'analyse régionale.
- JEANNENEY Jean-Marcel e QUIERS-VALETTE, Suzanne, *Essai d'une comptabilité inter-régionale française pour 1954*, Paris, Armand Colin, 1969, 188 p.
- JOUANDET-BERNADAT, R., *Comptabilité économique et espaces régionaux*, Paris, Gauthier-Villars, 1964, 233 p.
- *Les Comptes du département de la Gironde*, Bordeaux, Bière, 1963, 436 p.
- LABASSE Jean, *La Planification régionale et l'organisation de l'espace*, Paris, Cours de Droit, 1960.
- MOSES, L. N. Interregional input-output analysis, *American Economic Review*, décembre 1955.
- PERROUX, François, *L'Économie du XX^e siècle*, Paris, P.U.F., 1969, 764 p.